

## Divergências barram PEC; e aliados trocam cobranças

## PEC deve ser apresentada até terça

O senador Marcelo Castro (MDB-PI), relator-geral do orça-mento da União de 2023, confirmou ontem que deve protocolar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição até terça-feira. É a primeira vez que o autor da PEC se compromete com uma data para apresentar o texto.

"Os dois grandes desafios que temos para que o país continue funcionando são a aprovação da PEC do Bolsa Família (da transição) e o orçamento do próximo ano. Para que possamos focar na elaboração do orçamento de 2023, precisamos que a PEC seja apro-vada no Senado e na Câmara, até o dia 10 de dezembro", escreveu Castro, em rede social.

E emendou: "Até a próxima tera-feira (29), irei protocolar o texto da PEC para darmos celeridade à aprovação da matéria nas duas sas e garantirmos a continuidade do pagamento dos R\$ 600 do Bolsa Família e mais 150 reais por criança de até 6 anos de idade."

Apesar de atualmente o valor

da parcela do programa social ser de R\$ 600 por pagamento, em média, essa quantia está prevista para cair para R\$ 405, conforme o orçamento elaborado para 2023 pelo governo Jair Bolsonaro.

Antes do anúncio de Castro, havia só a expectativa reiterada de que a PEC seria apresentada no Congresso "em breve", principalmente por causa de deputados e senadores petistas que vêm apontando prazos em várias ocasiões, quando entram e saem do Centro Cultural Banco do Brasil, sede do governo de transição em Brasília.

## **Ministro**

Ainda ontem, um dos parlamentares do núcleo duro do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, Jaques Wagner (PT-BA), sustentou que a nomeação do futuro ministro da Fazenda poderia facilitar a tramitação da PEC.

- O que falta mais, por enquanto, é o ministro da Fazenda respondeu Wagner ao ser questionado sobre a necessidade de um articulador entre o governo eleito e o Congresso.

Wagner disse que se reunirá com Lula, hoje, em São Paulo. para discutir nomes para a Fazenda e tratar sobre a PEC.

Horas depois, a presidente na-cional do PT, Gleisi Hoffmann, rebateu Wagner:

 Não vejo isso, articulação política se dá no Congresso independentemente de quem é o ministro. Temos de respeitar o tempo do presidente Lula. Não sei por que essa ansiedade toda. Está faltando articulação política no Sena-do, por isso acho que travamos na PEC. Não é falta de ministro. Um dos cotados para a pasta

é Fernando Haddad. Conforme apuração do jornal O Estado de S. Paulo, Haddad poderia fazer dupla com o economista Pérsio Arida, e foi escalado por Lula para representá-lo, hoje, em evento anual de dirigentes de bancos na Febraban.

\*Colaborou: Samantha Klein

## Novidades sobre o impasse do prazo

- · Ao longo do dia de ontem, cresceu no Senado a negociação para que a PEC da Transição fixe prazo de dois anos para o Bolsa Família ficar fora do teto de gastos - a regra que limita o crescimento das despesas do governo à inflação do ano anterior.
- · Originalmente, a minuta da PEC previa que o programa social ficaria fora do teto de gastos de forma
- · Agora, aliados do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, usam estudos da Consultoria Legislativa do Senado para argumentar que a validade mínima da medida na PEC precisa ser de dois anos
- Técnicos do Senado consultados por articuladores da PEC disseram que deixar o Bolsa Família fora do teto apenas em 2023 criaria impasse na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, que precisa ser enviada ao Congresso até abril.

- · Por isso, na visão dos consultores, o ideal é a validade da medida por dois anos, o que daria tempo para se discutir a mudança na âncora fiscal do país (hoje é o teto de gastos), algo defendido pelo governo eleito
- · Parlamentares do centrão, por outro lado, defendem a validade só em 2023 para manter a possibilidade de barganha política com o governo no próximo ano. Já senadores mais ligados ao presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), articulam para fechar o prazo em dois anos. Pacheco chegou a dizer a Lula, na COP27, recentemente realizada no Egito, que apoiaria a validade por quatro anos, mas não encontrou clima para aprovar o texto dessa forma na Casa
- Além do impasse sobre o prazo há senadores que propõem valores menores fora do teto de gastos ou a ampliação da âncora fiscal. O texto original do governo eleito previa R\$ 200 bilhões fora do teto, em 2023.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Divergências na Transição Pagina: 16